

# Segurança e Defesa no Ensino Superior\*

Adriano Moreira

*Presidente do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior. Professor Emérito da Universidade Técnica de Lisboa*

## Resumo

Este artigo propõe uma reflexão sobre o envolvimento do sistema militar português na rede de investigação e de ensino da União Europeia, no quadro do processo de Bolonha, advogando a sua especificidade no contexto do respeito pelos padrões de qualidade estabelecidos pela União.

Reflectindo sobre o processo de reorganização em curso dos Institutos Superiores Militares e do Instituto da Defesa Nacional, defende uma solução que salvguarde a especificidade da missão do Instituto da Defesa Nacional, embora no quadro de uma nova articulação com estas instituições de ensino das ciências militares.

No âmbito mais vasto da educação para a cidadania, o autor defende a importância da contribuição do ensino da Segurança e Defesa para a formação de uma cultura de segurança em Portugal, como elemento indispensável a um desenvolvimento sustentado do país.

Termina com a ideia de que o processo que envolve o ensino da Segurança e Defesa em Portugal deve ser assumido como um valor em si mesmo, como “despesas de soberania”, e não como um exercício lateral à manutenção da identidade soberana de Portugal.

## Abstract

### Security and Defense in Undergraduate and Graduate Studies

*This article analyses the relationship between the Portuguese Military system and research, undergraduate and graduate studies in the European Union system, which are now facing the changes demanded by the Bologna Process. We advise the maintenance of the portuguese specificities applied to the quality patterns demanded by the E.U.*

*We will analyse the ongoing reorganization process of both the Military Superior Institutes and the National Defense Institute (NDI), arguing an outcome that would safeguard the NDI's specific mission of military teaching, while embedded in the new structure of the other institutions.*

*In the broader context of the education for citizenship, we highlight the role of Security and Defense studies in the changing of mentalities on what concerns the need for a security culture in Portugal, as a decisive factor to the country's development.*

*We conclude with the idea that studying security and defense matters must be regarded as a value and a part of the sovereignty obligations.*

---

\* Texto relativo à intervenção no Seminário Internacional “A Segurança e Defesa no Ensino Superior na Europa”, que teve lugar no IDN no dia 26 de Abril de 2006.

Este tema da Segurança e Defesa no ensino superior não deve ser abordado esquecendo a necessária articulação com as análises que dizem respeito ao recrutamento, ao nível de escolaridade dos candidatos, à participação de género no contingente, à linha de encontro entre a doutrina e a resistência dos factos. Mas tudo condicionado pela inevitável necessidade de se tratar de uma área em que a definição de um conceito estratégico, ou nacional na base, ou de convergência nas alianças, ou de evolução para espaços políticos onde um poder autónomo vai crescendo de abrangência, não dispensa informação e saber, mas também não ganha perfil e imperatividade sem voluntarismo. Isto porque se trata de uma área em que a questão dos valores exige que a definição da sociedade da informação e do saber, que Delors formulou para o projecto europeu, não pode deixar de acrescentar a sabedoria, uma vertente determinada pela angustiante necessidade de escolher, de que falou Ortega. Uma escolha sempre referida à *circunstância* que Ortega também colocou em evidência, e que por igual afecta homens e instituições, incluindo os países.

No caso português, a definição de *Portugal e a sua circunstância* colocou sempre desafios à segurança e defesa, porque de regra necessitou de acrescentar, à definição constitucional, elementos de apoio externo que não controla.

Recordemos o princípio da nossa histórica independência, juridicamente reconhecida pela *Bula Manifestum Probatum est*, firmada pela chancelaria pontifícia no dia 23 de Maio de 1179, apoiada nestas afirmações, dirigidas ao já velho D. Afonso Henriques, e aqui livremente citadas: “pelos esforços e combates militares, tens por muitas maneiras favorecido a Sacrossanta Igreja, como filho fiel, sendo um vencedor dos inimigos da fé cristã que propagas, dando exemplo que não será esquecido”.

Desde o início desta longa negociação em 1143, D. Afonso Henriques oferece-se como *miles Christi*, “guerreiro de Cristo”, assim merecendo a aprovação de Alexandre III.

Daqui em diante, o regime que preside à reconquista, e que depois deita o país a longe com as navegações, foi de facto um regime de *cadeia de comando*, que Mousinho lembraria, na época das campanhas africanas, dizendo que este Reino é obra de soldados.

É também por este tempo africano, de inquieta disputa entre o europeísmo de Antero e a maritimidade de Mousinho, que a afirmação de que as Forças Armadas são o espelho da Nação se torna elemento de um fluido conceito estratégico nacional, afirmação que de facto se refere ao *quadro permanente*, agente integrador de uma juventude sobretudo agrária, maioritariamente sem instrução, e que nas fileiras aprendia o civismo e também muito do que hoje chamam empregabilidade.

Até às duas guerras civis ocidentais de 1914-1918 e 1939-1945 os conceitos fundamentais dos Estados do Ocidente estavam estabilizados, as escolas das Forças Armadas eram escolas de quadros, os doutrinadores de topo sobreviveram a vários conflitos, os interesses nacionais permanentes – a referência, a soberania e a jurisdição interna –, vigoravam como inegociáveis. Este passado, com os seus feitos e erros, não deve ser esquecido, para que as reformulações do novo milénio salvaguardem memórias estruturais sem as quais a própria identidade se arrisca a perder a função de eixo que acompanha a roda, mas não anda.

O cataclismo de 1939-1945 desencadeou um processo de mudança que obrigou a alterar a maior parte dos termos de referência. Em primeiro lugar, a dimensão dos exércitos de terra, mar e ar, a sua composição multicultural, as frentes de batalha distribuídas por todas as latitudes, fizeram com que fosse na área militar que a interdisciplina recebesse um forte impulso que veio a ser acompanhado e fortalecido pela intervenção universitária: antropólogos, linguístas, historiadores, geógrafos, economistas, líderes religiosos, foram chamados ao processo decisório, e a experiência viria a reflectir-se nas exigências do processo educativo.

Por outro lado, os avanços científicos acelerados pelas exigências da investigação relacionadas com o combate, e as aplicações técnicas inovadoras, sempre com referência cimeira da domesticação da energia atómica, levaram a uma redefinição das forças armadas como *exércitos de laboratório*, a exigir saberes articulados desde a concepção à execução, ao mesmo tempo que as novas estruturas políticas mundiais implicaram a urgência de enfrentar a crise dos valores ocidentais, e o encontro, dialogado ou conflituoso, com todas as áreas culturais do mundo a defenderem os seus valores com voz própria, com poder político específico, e ideologias específicas. A primeira tendência obrigou a requalificar as potências numa hierarquia nova que viu emergir a majestade das superpotências, a segunda tendência deixou mais liberdade ao poder dos que não têm poder, para defenderem a sua soberania funcional e intervenção nos centros transnacionais de decisão.

Enquanto durou a Guerra Fria, a NATO manteve a unidade que permitiu à Europa resistir à ameaça e recuperar economicamente, mas foi menos evidente que tal evolução, ainda que reflectindo-se na totalidade do ensino militar com definição englobante, também levasse a reflectir sobre uma nova hierarquia efectiva não apenas das potências, mas dos espaços ocidentais envolvidos, e que enfrentam agora uma crise de rivalidade. Por isso, depois da queda do Muro de Berlim em 1989, esta questão da hierarquia nova está a reflectir-se na contradição de interesses e de métodos entre

os EUA, a sofrerem da vertigem do unilateralismo, e a Europa tentada por uma imagem virtual de retorno à passada eminência.

Deste modo, a Declaração de Lisboa (2000), e a Declaração de Bolonha sobre o espaço europeu de informação e do saber (1999), conjugam-se no sentido de alcançar uma competitividade que, na definição utópica, ultrapasse os próprios EUA: isto significa crescimento sustentado, e também um risco para a solidariedade atlântica, políticas frequentemente furtivas porque modeladas pela noção de Estado unitário, mas, em qualquer caso, segurança específica sem a qual não há desenvolvimento, acatamento dos critérios da multidisciplina, *envolvimento do subsistema militar na rede europeia de investigação e do ensino, com adopção programática ou articulação institucional com as valências não abrangidas pelo conceito operacional de ciências militares.*

Acompanhando este movimento, a Academia Militar, a Escola Naval, e a Academia da Força Aérea, foram admitidas na Fundação das Universidades Portuguesas, ficaram abrangidas pelo sistema de avaliação do ensino superior por proposta do CNAVES, submetidas aos guiões e comissões externas de avaliação das Universidades Públicas. Nesta data estão empenhadas na aplicação do processo de Bolonha, como todas as instituições de ensino superior público, e deste modo envolvidas na rede europeia do ensino superior: a reforma vai ser trabalhosa, vai exigir tempo, vai implicar a definição das competências de que o novo paradigma de ensino tem a responsabilidade, tendo em vista a globalidade em que o país e a Europa estão envolvidos, a previsão da evolução da conjuntura envolvente a longo prazo, e o sentido de relação das capacidades portuguesas com as responsabilidades que não podem ser recusadas para que o país não se transforme em Estado exíguo.

A supressão do serviço militar obrigatório, exactamente quando a composição étnico-cultural volta a recordar a época em que os Reis de Portugal foram Reis das Três Religiões, implica uma redefinição cuidada da relação com a sociedade civil, da qual sai o contingente, não já por dever cívico mas por laços contratuais.

Neste ponto, a articulação vertical dos subsistemas de ensino, que não está feita, encontra um motivo de urgência porque as referências do espelho da Nação mudaram radicalmente: as fronteiras geográficas sagradas evolucionaram para apontamentos administrativos; a fronteira de segurança fica nos limites da NATO que os remeteu para onde estiverem os seus interesses; a fronteira económica é a da União; a fronteira política é a da Europa que alarga sem estudos de governabilidade; a segurança específica europeia é a do seu pilar da segurança e defesa, que não tem doutrina sobre a fronteira de países amigos a fixar; a cidadania tripartiu-se, a exigir fidelidade ao

Estado, fidelidade à União, e fidelidade à Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O ensino para o exercício da cidadania, em que a UNESCO insiste, tem esta complexidade de que a escola não pode estar alheada, pelo que é urgente a integração vertical dos subsistemas de ensino secundário e ensino universitário, em que se inscreve o ensino militar.

Mas complexidade de que a sociedade civil tem de ser atempadamente informada, para saber da evolução da conjuntura, dos encargos financeiros, das missões, das funções das Forças Armadas. Tendo em vista, nesta época de esperanças mas também de riscos elevados, que em caso de emergência, diz o artigo 276.º da Constituição, “a defesa da Pátria é direito e dever fundamental de todos os portugueses”, isto é, mais amplo do que o serviço militar.

A importância do diálogo, na perspectiva democrática constitucional, explica a criação e existência de instrumentos como o Instituto da Defesa Nacional, com cuja instituição o General Luís da Câmara Pina antecipou exigências de uma perturbada actualidade, e que fica num plano diferente, articulado mas por definição inconfundível com a função das instituições de ensino das ciências militares. É necessário não deixar de ter presente a relação do conceito com a evolução da circunstância portuguesa e europeia.

A lei da complexidade crescente das relações internacionais, a envolvente da segurança mundial que desafiou, sem resposta, a Cimeira Mundial de Setembro de 2005 (ONU), exige cada vez mais atenção à interdisciplina, e também uma mobilização informada da opinião pública, agora já não apenas nacional mas também mundial. Esta opinião pública implica um debate transversal com as actividades, formações, e responsáveis da sociedade civil, sendo um objectivo principal que o eleitorado tenha motivações e valores para assumir a participação de que depende o regular e eficaz funcionamento das instituições políticas, e afastar a degenerescência que se traduz no sentimento de que o Estado é redundante. Talvez a meditação sobre o *Institute for Security Studies*, criado pelo Conselho Europeu em 20 de Julho de 2001, com o objectivo de “contribuir para a formação de uma cultura europeia cada vez mais partilhada no domínio da segurança”, ajude a compreender o pioneirismo do Instituto da Defesa Nacional, e que a sua articulação com nítida distinção conceitual dos aparelhos de ensino das ciências militares é uma contribuição histórica de resposta à então pressentida nova conjuntura. Como, em plano historicamente diferente, foram instituições como o Colégio Militar e o Instituto Militar dos Pupilos do Exército,

que parecem dever ser hoje avaliados dentro da problemática da integração vertical dos subsistemas de ensino, tudo criações que fazem parte de um património que não deve ser alienado por critérios de gestão, porque o ensino, e os seus pilares históricos, devem ser sustentados como despesas de soberania.

Finalmente, e para respeitar o tempo programado, lembrarei que a exigência de excelência universitária para o ensino das ciências militares não significa uniformidade de estrutura, nem uma aplicação uniforme do conceito de autonomia que a Constituição consagra para as Universidades. A autonomia da rede pública não é igual à da rede privada e cooperativa porque esta depende dos códigos de direito civil e cooperativo; assim como a do ensino universitário católico, que é público não estadual, tem no Chanceler a autoridade de cúpula. É por isso que o ensino das ciências militares, obrigado à excelência universitária, não precisa para isso de ferir a cadeia de comando, agora ela também em redefinição do Estado Maior. Do que é necessário cuidar é da relação nova do *espelho da Nação*, com a Nação mergulhada numa circunstância que não tem precedente histórico. E por isso também objecto de negativismos esdrúxulos aos quais é urgente contrapor referências que dinamizem o regresso ao modelo de sociedade de confiança. Porque a segurança é condição indispensável ao desenvolvimento sustentado, nos projectos europeus e transatlânticos de segurança está a semente desse regresso. Portugal precisa de estar nos centros de decisão, com a visível consistência correspondente aos seus meios, mas com a formação dos seus agentes ao nível da excelência, para que essa participação seja mundialmente válida e reconhecida. A alternativa é evolucionar para Estado exíguo, destinatário de decisões não participadas. As Forças Armadas devem continuar a ser um instrumento de sustentação dessa fronteira de excelência.